

Resenha

Christopher Dent
China and Africa Development Relations.
(Routledge Contemporary China Series)
Oxon: Routledge, 2011.

Maio de 2011

Núcleo de Cooperação Técnica e Ciência e Tecnologia

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



Resenha

Christopher Dent
China and Africa Development Relations.
(Routledge Contemporary China Series)
Oxon: Routledge, 2011.



Maio de 2011

Núcleo de Cooperação Técnica e Ciência e Tecnologia

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



China and Africa Development Relations.

Publicado em 2010, *China and Africa Development Relations* é uma coletânea de textos sobre a cooperação entre a China e o continente africano que tem como editor e co-autor Christopher Dent, professor do Departamento de Estudos do Leste Asiático da Universidade de Leeds, na Inglaterra.

A partir de perspectivas distintas e da análise de diversos eixos de relacionamento sino-africano – político, técnico, financeiro, cultural etc – tenta-se produzir uma nova abordagem interpretativa da inserção chinesa no cenário internacional. Essa inserção não seria realizada em oposição ao chamado Ocidente, visão costumeiramente perpetrada na academia norte-americana, mas simplesmente fundamentada no desenvolvimento e, paralelamente, na busca por parte da China de ampla aceitação mundial.

Sobre a parceria entre a China e a África, o livro destaca elementos de continuidade e inovação nas relações de cooperação internacional chinesa comparando-as com as promovidas tanto por países desenvolvidos como pelos países em desenvolvimento, discutindo o conceito ainda muito em voga de Cooperação Sul-Sul.

Em seu texto introdutório, Dent busca situar a relação sino-africana no debate acadêmico, focando em aspectos de economia política internacional e relações internacionais. Após apontar como fatores importantes para destaque do tema na academia o rápido crescimento econômico chinês, as

implicações ambientais do mesmo, o status de “país em desenvolvimento” e o suposto desafio à hegemonia ocidental, Christopher Dent avança o princípio da não condicionalidade como aspecto diferencial e explicita o discurso oficial chinês que nega uma oposição ao Ocidente e acentua a escalada pacífica do Estado a uma posição de destaque no Sistema Internacional.

Uwe Wissenbach defende a emergência de um novo e complexo relacionamento entre países em desenvolvimento que não pode ser compreendido com a abordagem oferecida pelo conceito de Cooperação Sul-Sul. Segundo o autor, tal conceito teria se inspirado na teoria da dependência com a finalidade de criar uma forma de emancipação em relação aos países centrais. De acordo com Wissenbach, a estratégia chinesa aproxima-se mais da promovida pela União Europeia, ambas conformadas pelos princípios das Nações Unidas. A inovação no intercâmbio chinês de manufaturados por recursos naturais africanos é basicamente a prática de pagamento com o desenvolvimento de infra-estrutura no continente africano. Wissenbach salienta ainda a crescente participação em estruturas multilaterais e a semelhança em relação ao modelo neoliberal ocidental movido pela lógica do capital.

Esse último aspecto é tema principal do artigo seguinte, escrito por Marcos Power e Giles Moham. Partindo da perspectiva economia política crítica e pós-colonial, os

autores defendem que o desenvolvimento africano é uma imaginação que beneficiaria em grande medida a China. Esta se colocaria como par histórico africano devido ao colonialismo, podendo assim esconder a dinâmica capitalista neoliberal presente nas relações sino-africanas e alcançar o seu interesse nacional e geopolítico. Os autores sustentam que a China pode ser caracterizada como neo-liberal em termos de comércio e investimento e no que tange sua atuação internacional. Ela participa da OMC de modo a atrair investimentos externos, está articulada com as economias de mercado, e mantém sua dependência de mão de obra barata, não considerando aspectos ambientais na corrida pelo crescimento econômico. O que a diferencia de outras potências neo-liberais seria o papel e a atuação do Estado.

Eles apontam para a ambiguidade da suposta “ascensão pacífica” da China na ordem mundial. A não interferência em outros Estados seria uma prática flexível, dependendo de determinadas circunstâncias. O caso do Sudão, mas também Zimbábue, seriam exemplos de uma retórica “anti-imperialista” de um lado, mas interferências de outro. A visão de que a China não estaria impondo seus princípios, ideais e visão política está apoiada na complexidade e falta de transparência sobre a alocação de recursos da ajuda internacional. Assim, a relação entre ajuda, comércio e investimento é turva.

Os países africanos, por sua vez, teriam a China como “carta na manga” em negociações com o FMI e as potências ocidentais (como no caso de Angola). Segundo

eles, um processo de mímica (apoiado no conceito de Homie Babbha) estaria sendo mobilizado pela visão liberal chinesa de seu desenvolvimento econômico seria um sucesso a ser seguido pelos países africanos.

Também com uma visão crítica, porém aplicada sobre outro ponto, Shogo Suzuki busca em seu texto desconstruir a visão da China como inimiga do Ocidente, que segundo ele seria fruto de miopia e fantasia propagada na academia norte-americana, beneficiando o modus operandi da política internacional do próprio país. Para ele, a literatura americana sobre o soft power chinês contém uma excessiva busca por “ameaça” à dominação ocidental. Este medo de uma ameaça chinesa acaba resultando em miopia e fantasia nas análises sobre as estratégias de soft power. De acordo com Suzuki, elite chinesa voltou-se a estratégias de soft power e propagação da cultura chinesa, numa “ofensiva de charme”. Um elemento nesta ofensiva seria a participação em Operações de Paz da ONU na África, que reflete uma relativa mudança de comportamento da China em relação a sua posição firme de não interferência e preservação da soberania. Segundo o autor, a maior participação em foros multilaterais e a crescente participação nestas operações de manutenção de paz, que, com a exceção do Congo e do Sudão, não podem ser explicadas pelo interesse chinês em recursos naturais, demonstrariam a vontade chinesa de se integrar ao Sistema Internacional como uma entidade pacífica, fomentando a imagem de “potência responsável”. Com isso, a audiência desta “ofensi-

va de charme” seria o Ocidente.

A parte de estudos de caso tem como autor inicial Daniel Large, abordando as “relações de desenvolvimento” da China com o Sudão. Destaca em seu histórico o ano de 1989, quando se descobriu fontes de petróleo no território sudanês. A partir disso, uma relação de cunho filantrópico teria se tornado cada vez mais comercial, evento concomitante a um período de turbulência política marcada pela guerra civil sudanesa. Large busca mostrar que, apesar do continuado discurso chinês, desenvolvimento não é uma panacéia milagrosa para a pobreza, explicitando o aumento da dependência em relação à commodities e as crescentes disparidades socioeconômicas. No entanto, Large discute apenas superficialmente o conceito de desenvolvimento e não faz diferenciação entre o mesmo e crescimento econômico, deixando questões como a distribuição de renda à margem do debate.

O segundo estudo de caso é uma análise da “Tembisa Friendship Town”, localizada na África do Sul. Após uma descrição histórica do relacionamento sino-africano sob a perspectiva da cooperação internacional e uma explanação da estrutura institucional chinesa que a possibilita, Chris Alden e Anna Ying Chen relatam a experiência com a construção de casas na cidade de Tembisa. Os autores não poupam elogios ao comportamento chinês, ressaltando elementos como a consulta entre as partes e respeito às normas locais, inclusive trabalhistas. O texto se destaca por ser uma descrição puramente elogiosa da política de cooperação técnica internacional chinesa, não contento

nenhum elemento crítico-analítico, podendo ser considerado um texto que se aproxima do oficial ou estatal chinês.

A terceira parte do livro trata de questões setoriais no relacionamento sino-africano. Masuma Farooki trata da demanda estrutural chinesa por commodities e das implicações dessa para a África. Segundo ele, o padrão de consumo chinês é típico de um país em desenvolvimento, porém, devido ao tamanho da China e o conseqüente tamanho de sua demanda, são provocados diversos efeitos no mercado internacional. A importância africana advém justamente das suas reservas de metais e minérios, necessárias a manutenção do rápido desenvolvimento chinês. Um aspecto interessante da abordagem chinesa é que sua assistência cobre inclusive áreas não importantes à segurança de matéria-prima chinesa. Farooki afirma que hoje em dia o setor de commodities tem um grande potencial de gerar crescimento e desenvolvimento, o que não significa que os países devam deixar de lado suas estratégias de industrialização. Ao mesmo tempo, considera a compra de recursos naturais e os paralelos investimentos chineses uma ótima oportunidade para África, desde que se evite o comportamento rent-seeker e a desindustrialização, perigos comuns em economias impulsionadas pelo setor primário.

Segue-se aos recursos a questão energética, também fundamental ao progresso chinês. Chi Zhang escreve sobre a diplomacia energética chinesa, enfatizando a dinâmica entre os interesses nacionais e os interesses corporativos. O autor novamente critica a idéia de um consenso rígido

na China sobre o próprio dever ser de sua atuação internacional além de afirmar que, apesar do maior apoio governamental, muitas vezes os interesses corporativos vêm antes do proposto pelo Conselho de Estado. Além disso, critica a atuação da Companhia Nacional de Petróleo (NOC) chinesa devido à falta de transparência, responsabilidade social e ambiental e uso exagerado de trabalhadores chineses, o que não corrobora as afirmações de Alden e Chen em seu artigo sobre a construção de casas na cidade de Tembisa, na África do Sul.

Christopher Dent retorna no capítulo de conclusão a fim de mapear as questões e desafios futuros no relacionamento sino-africano – sustentabilidade, estigmatização, HIV-Aids etc - e propor uma nova abordagem ao estudo das relações econômicas entre Estados e outros atores do Sistema Internacional. Ele parte da definição do conceito de “desenvolvimento” como processo de atividades, cujo objetivo seria “redução da pobreza, distribuição de níveis de bem-estar, melhora da competitividade, eficiência e sustentabilidade ambiental de uma nação e suas atividades econômicas” (pg.166). Esta definição é próxima à perspectiva trabalhada pelo Banco Mundial. O autor cunha o termo “development relations” como tentativa de dar enfoque ao objetivo mútuo de fortalecer as capacidades de desenvolvimento: capacidade tecnocrática, institucional, industrial, de infra-estrutura e de capital humano. O governo chinês teria provido recursos para treinar tecnocratas, e contribuiria para melhorar as capacidades industriais, mas ainda seria relutante em interferir em questões de governança doméstica para melhor a capaci-

dade institucional dos países africanos. Dent destaca o “aprendizado mútuo”, no qual os países em desenvolvimento buscariam aprender com o modelo chinês, realizando visitas ao país para aprender como a China empreendeu sua transformação econômica. A assimetria de poder entre os países em desenvolvimento, em especial entre China e África, estaria clara. Porém, a China e outras potências emergentes buscam evitar que suas políticas para África sejam percebidas como exploradoras e oportunistas, associadas às nações ocidentais.

China and África Development Relations tem o mérito de fornecer uma ampla variedade de perspectivas e temas sobre o relacionamento sino-africano. Entretanto, a compreensão parte de uma abordagem ocidental, desconsiderando uma possível visão africana ou chinesa mais aprofundada e inovadora, que poderia esclarecer e oferecer novas perspectivas sobre o tema.

Notas

Esta posição é oposta a de Giovanni Arrighi (“Adam Smith em Pequim”, 2008), para quem a atuação do Estado chinês na sustentação da competição de mercado (entre capitais), mas não entre trabalhadores, indicaria que a China não é capitalista. Para ele, o Estado chinês usa o capital para realização de seu interesse nacional, diferentemente dos países capitalistas,

onde o capital determinaria o interesse nacional de um país. A China cumpriria hoje a promessa de Smith de que o mercado mundial, que elevaria gradualmente o nível de riqueza entre os países, levando à riqueza das nações.